

Certifico, em cumprimento do despacho exarado em dezoito de junho de dois e vinte um pela Superintendente Administrativa da Fundação Departamento de Estrada de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.521870/0001-25, para fins de averbação em Conselho de Entidade de Classe, que de acordo com o consignado no processo de número SEI-330027/001471/2021, teve origem o requerimento da Empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA. CERTIFICO:** que do processo acima mencionado consta o seguinte: Atestamos para fins de comprovação de qualificação técnica, que a empresa, **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA** escrita sob o CNPJ nº 04.312.370/0001-15, com sede na rua Vinte e Quatro de Fevereiro nº129, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, prestou os serviços abaixo descritos de acordo com o contrato nº27/2020, assinado em 05 de Junho de 2020, pelo período de execução de serviços em 17/06/2020 e término em 16/06/2021, decorrente do Pregão Eletrônico nº47/2020, tendo como responsável técnico, a administradora Carolina Ulbrich Marques CRA/RJ nº20.94830.

**Objeto do Contrato:**

Prestação de serviço especializado e contínuo de higienização, conservação e limpeza das instalações internas, externas e fachada, com fornecimento de material e equipamentos necessários.

**Locais de serviço:**

LOCAIS DE SERVIÇOS	
Av: Presidente Vargas, 1.100 - Centro- Rio de Janeiro - RJ.	
Rua: Professor Heitor Carrilho, 80- Centro - Niterói -RJ.	
Rua: E, s/n, Lote 8, Quadra: 3 - Distrito Industrial - Queimados -RJ	

**Número de Funcionários:**

FUNCIONÁRIOS	QUANT.
Servente	64
Encarregado	02
Líder de Turma	01
TOTAL	67

Reservado para o CREA-RJ	Autenticação Cartório
--------------------------	-----------------------



**24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto**  
Avenida Almirante Bessa, 109 - G - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 2022. CTP8: 78631 Sdr. Escroventes

**BRUNO MONTEIRO DE FREITAS**  
Emolumentos: R\$ 8,90 - TJ+Fundos: R\$ 2,81 - Total: R\$ 9,71  
Selo: EEAR76299-AEF - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitapublico>

**AUTENTICAÇÃO**

## TIPO DE ÁREA E METRAGENS

### Do Edifício Sede Rio de Janeiro

Tipo de área	Metragem
Área do Loteamento	918,75 m <sup>2</sup> externo
Pavimento térreo	460,45 m <sup>2</sup>
Sobreloja	460,45 m <sup>2</sup>
Pavimentos (2º ao 15 pavimento)	806,00 m <sup>2</sup>
<b>Metragem total interna</b>	<b>12.204,90m<sup>2</sup></b>

### Fachadas:

Presidente Vargas	15 pavimentos com 30 metros de largura e 3 metros de altura, totalizando 1.320m <sup>2</sup>
Regente Feijó	15 pavimentos de 28 metros de largura e 3 metros de altura, totalizando 1.150m <sup>2</sup>
Fachada Fundos	15 pavimentos com 6 metros de largura e 2 metros de altura, totalizando 180m <sup>2</sup>
<b>Total</b>	<b>12.204,90m<sup>2</sup></b>

### Limpeza de reservatórios de água:

Reservatório superior	100.000,00 litros
Reservatório inferior (cisterna)	250.000,00 litros

### Do Edifício de Niterói:

Tipo de Área	Metragem
Prédio principal (2º ao 8 pavimento)	560,00 m <sup>2</sup>
Oficina e almoxarifado	1.374,00m <sup>2</sup>
<b>Total de área interna</b>	<b>5.294,00m<sup>2</sup></b>

Reservado para o CREA-RJ	Autenticação Cartório
--------------------------	-----------------------



24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto  
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.  
Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 2022.  
Escritor  
CPS: 78631 Série 1

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS  
Emolumentos: R\$ 6,90 - TJ+Fundos: R\$ 2,81 - Total: R\$ 9,71  
Selo: EEAR78300-ACV - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto  
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

**AUTENTICAÇÃO**

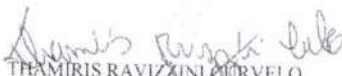


**Distrito Industrial:**


Tipo de Área	Metragem
Terreno	2.380,00m <sup>2</sup> externo
Bloco 11	245,75m <sup>2</sup>
Bloco 12	215,79m <sup>2</sup>
Bloco 13	742,03m <sup>2</sup>
Bloco 14	26,61m <sup>2</sup>
<b>Total área interna</b>	<b>1.230,18m<sup>2</sup></b>

**Valor Total do Contrato:**

R\$ 2.523.473,40 (dois milhões, quinhentos e vinte três mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta centavos). Declaramos ainda todos os serviços foram prestados de forma satisfatória, não havendo nada que desabone a conduta técnica desta empresa. Rio de Janeiro, de 2021. STEPHANIE AMORIM Superintendente Administrativa da Fundação DER-RJ Matrícula 13/9120841-6, ID:5103655-0. E por nada mais constar, eu THAMIRIS RAVIZZINI CURVELO, Adjunto I, COOSGE/DAD, matrícula 13/91250-1, digitei a presente certidão que dato e assino. Rio de Janeiro 21 de Junho de 2021.

  
THAMIRIS RAVIZZINI CURVELO,  
Assistente II,  
COOSGE/DAD,  
Mat. 13/91250-1 ID 5106344-1

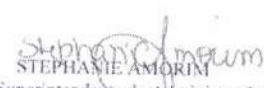
Confere:

  
WALTOIR MUXINELLI FILHO  
Coordenador da COOSGE/DAD  
Mat. 13/56061-5 ID 2840276-6



Carolina Ulbrich Marques  
Administradora  
CRA/RJ 20-94830

VISTO

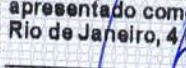
  
STEPHANIE AMORIM  
Superintendente de Administração  
ID. 5103655-0

Reservado para o CREA-RJ

Autenticação Cartório



**24º OFICIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto** 089607AH987272  
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (51) 2200-9941

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento apresentado como sendo o original.  
Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 2022. Escrivão   
CTPS: 78631 Se

**BRUNO MONTEIRO DE FREITAS**  
Emolumentos: R\$ 0,00 - TJ+Fundos: R\$ 2,81 - Total: R\$ 9,71  
Selo: EEAR78321-AER - Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

**AUTENTICAÇÃO**



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

**CERTIDÃO DE RCA**

VALIDADE ATÉ 04/01/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
Endereço	: VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO, 169
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-11848      Estado: RJ      CNPJ: 04.312.370/0001-15
Resp. Técnico	: LUCI DOS SANTOS RODRIGUES
Reg. CRA-RJ	: 20-67595
Resp. Técnico	: CAROLINA ULBRICH MARQUES
Reg. CRA-RJ	: 20-94830

**REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA**

Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM

RCA      Nº 20211000100152      Data: 24/Junho/2021

Código de controle da certidão: 0.18453299472203089  
Emitida em: 05/07/2021 às 18:48A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ  
No endereço [sistemacraj.com.br/craonline/validarcertidao](http://sistemacraj.com.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

CONTRATO Nº 27 /2020  
INSTRUMENTO DE CONTRATO QUE  
ENTRE SI FAZEM, A FUNDAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO - DER-RJ E A Empresa  
MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO  
EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DER-RJ**, vinculada à **VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante designada apenas por **DER-RJ**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas nº 1.100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.521.870/0001-25, neste ato representado por seu Presidente, Engº. **URUAN CINTRA DE ANDRADE**, portador da Carteira de Identidade nº 2924575-5, expedida pelo IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 597.535.607/53, e pelo Diretor da Diretoria de Administração - **DAD** - Drº **ELIAS MORAIS JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº 131888, expedida pelo OAB-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.193.537-56 e a Empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.312.370/0001-15, com sede na Rua vinte e Quatro de Fevereiro, nº 129 - Bonsucesso - Rio de Janeiro/RJ, representada pelo seu Sócio **THIAGO PONTES DE SOUZA**, portador da Carteira de Identidade 213995350, expedido pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.548.607-10, têm justo e acordado o presente Contrato que é celebrado em decorrência do **PREGÃO ELETRÔNICO DER/RJ Nº 047/2019**, conforme autorizado pelo Presidente do **DER-RJ**, no Processo Administrativo nº **E-16/00.007808/2019**, adiante chamado simplesmente **PROCESSO**, e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

### CLAÚSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 O presente Contrato rege-se por toda a legislação aplicável, pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelos Decretos Estaduais nº 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, Lei Estadual nº 287, de 04.12.1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Estadual nº 3.149, de 28.04.1980 e respectivas alterações, da Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de Janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, bem como pelas condições de execução, penalidade, pagamento e demais obrigações constantes do Edital de Licitação e seus anexos (em especial o Termo de Referência), legislação e normas que são consideradas como complementares deste Contrato.

### CLAÚSULA SEGUNDA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem por objeto a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de higienização, conservação e limpeza das instalações internas, externas e fachada, com fornecimento de material e equipamentos necessários" conforme especificações e condições previstas no Termo de Referência, seus anexos e no presente Edital.

### CLAÚSULA TERCEIRA - DO COMPROMISSO

3.1. A CONTRATADA responderá perante a CONTRATANTE pelos compromissos assumidos, de acordo com o objeto desta licitação, que deverão



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

ser rigorosamente providenciado dentro das condições especificadas na Proposta Detalhe e seus anexos, constantes do Edital.

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

4.1 O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do memorando de início, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no D.O, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada no memorando observando-se o limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que a Proposta da Contratada seja comprovadamente mais vantajosa para o DER-RJ.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato.
- 5.2. Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato.
- 5.3. Exercer a fiscalização do contrato, nomeando Gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 5.4. Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

§ 1º. A existência e a atuação da fiscalização do DER-RJ em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- 6.2. Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- 6.3. Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 6.4. Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- 6.5. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- 6.6. Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- 6.7. Prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- 6.8. Se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais,





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização do objeto contratual;

6.9. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução do contrato de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

6.10. Se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução dos serviços ou em decorrência deles.

6.11. Observar na execução dos serviços, quando aplicáveis a este, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.

6.12. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal n.º 8.213/91.

6.13. Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

ocorrer até a Aceitação Definitiva dos serviços.

6.14. Na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08.03.07, se obriga a não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra.

6.15. Obriga-se a apresentar para fins de comprovação, mensalmente, prova de que:

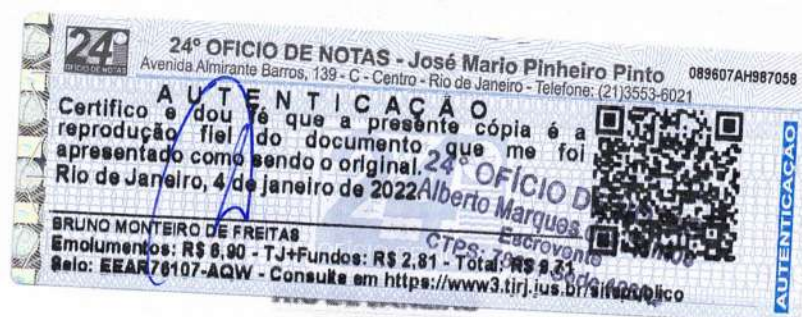
- a) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à prestação dos serviços; e
- c) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

6.16. Registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do **CONTRATANTE**, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função.

6.17. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

6.18. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

- I - até 200 empregados..... 2%;  
II - de 201 a 500..... 3%;  
III - de 501 a 1.000..... 4%;  
IV - de 1.001 em diante. .... 5%.

6.19. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

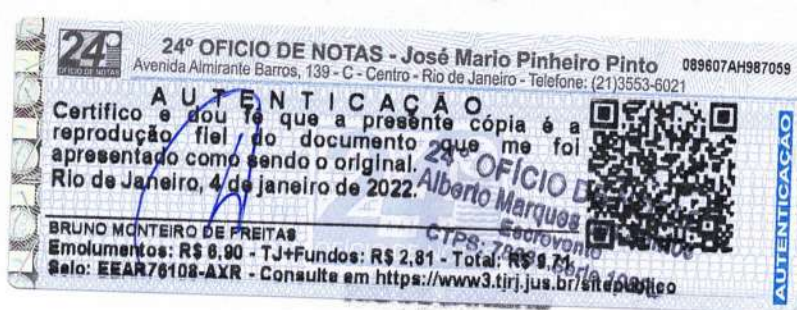
6.20. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DER-RJ;

6.21. Prestar esclarecimentos ao DER-RJ sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

6.22. Havendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a alteração subjetiva do contrato ficará condicionada à observância, pela nova empresa, dos requisitos de habilitação de que trata o art. 27 da Lei 8.666/93, segundo as condições originalmente previstas na licitação; à manutenção de todas as condições estabelecidas no contrato original; à inexistência de prejuízo para a execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e à anuência expressa da Administração, após a

(n)

*[Handwritten signature]*



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

verificação dos requisitos apontados anteriormente, como condição para a continuidade do contrato.

6.23. Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência e do Edital.

#### CLAUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas a serem realizadas para pagamento dos serviços correrão à conta do Programa de Trabalho nº 0841.2612200022.016, Natureza de Despesa nº 3390.39, na Região 330000, Fonte de Recurso 230, tendo sido empenhado pelo documento nº 2020NE00597, de 05/06/2020, a importância de R\$210.289,45 (duzentos e dez mil, duzentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), conforme despesa liberada pelo Decreto nº 46.898, de 07/01/2020, publicado no Diário Oficial de 08/01/2020 e Decreto nº 46.931, de 07/02/2020, publicado no Diário Oficial de 10/02/2020. O Saldo no valor de R\$2.313.183,95 (dois milhões, trezentos e treze mil, cento e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) deverá ser empenhado, após o faturamento dos serviços, correndo a despesa à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos orçamentos do DER-RJ, para os exercícios financeiros de 2020/2021, obedecendo ao Cronograma.

#### CLÁUSULA OITAVA: VALOR DO CONTRATO

8.1. Ao presente Contrato é dado o valor de R\$2.523.473,40 (dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta centavos).





CLÁUSULA NONA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

水 8 1



Realizações dos  
e vinte) dias





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

consecutivos, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações (quando couber).

9.11. Os trabalhos executados somente serão recebidos pelo DER-RJ, se estiverem de acordo com os Termos de Referência e o Cronograma constante do Edital, atendida as especificações fornecidas pelo DER-RJ bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº. 8.666/1993 e suas posteriores alterações e da Legislação Estadual pertinente.

#### CLÁUSULA DECIMA: DA RESPONSABILIDADE

10.1. A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

10.2. A CONTRATADA manterá na forma da lei, seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo exclusivamente às suas expensas quaisquer despesas não cobertas pela respectiva apólice.

10.3. Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:

- a) Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos;
- b) Imperfeição ou insegurança nos serviços;
- c) Falta de solidez dos serviços executados, mesmo verificada após o término deste contrato;

*[Handwritten signature]*



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

- d) Ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir aos serviços;
- e) Esbulho possessório;
- f) Prejuízos causados à propriedade de terceiros.

10.4. A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

10.5. A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas.
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

10.6. A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

10.7. A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos artigos 10.5 e 10.6 assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

10.8. Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**Parágrafo único.** No caso do 10.8., será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

11.1. O DER-RJ pagará a Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem todos os custos diretos e





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas no Edital e neste Contrato, e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

11.2. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através do crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, atualmente Banco Bradesco S/A, ou outro que venha a substituí-la, cujo número e agência deverão ser informados pela **CONTRATADA** até a assinatura do Contrato.

11.2.1. O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

11.3. No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

11.4. O prazo para pagamento é de **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

11.5. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

11.6. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

11.7. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** ao mês, calculados "pro rata die" e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste instrumento serão feitos mediante desconto de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** "pro rata die".

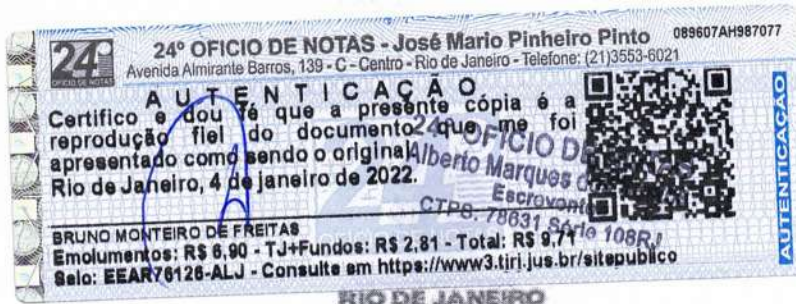
11.8. Caberá à **CONTRATADA**, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

11.9 A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

11.10. Os pedidos de reajustes serão recebidos por meio de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

11.11. Os preços contratados só poderão ser reajustados após **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do instrumento contratual, obedecendo-se em tudo o que dispõe Lei Federal nº 9.069, de 29.06.1995,

*[Handwritten signature]*



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

alterada pela Lei Federal nº 10.192, de 14.02.2001, retroagindo a época da data base das propostas.

11.12. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

11.13. Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

11.14. As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do Índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

11.15. A Contratada, sediada no Estado do Rio de Janeiro, deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de Julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 09 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

11.16. Aplicam-se ao pagamento e ao reajuste os procedimentos previstos no Edital vinculado a este contrato.





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

11.17. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o artigo 6.24., suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA

12.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de **2% (dois por cento)** do valor do contrato de serviço, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

12.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

12.3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

12.4. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

12.5. O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

12.6. Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

12.7. O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO

14.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula





**RIO DE JANEIRO**  
Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

sexta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

14.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

14.4. No caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato, o DER-RJ poderá, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis:

- I – assumir imediatamente o objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio ou por terceiro designado;
- II – ocupar e utilizar o local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade;
- III – executar a garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- IV – reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração, inclusive de forma cautelar.

14.5. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do artigo anterior fica a critério do DER-RJ, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta.

✱

✱ ✱ ✱



RIO DE JANEIRO

Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

14.6. Na hipótese do artigo 14.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ordenador de Despesas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

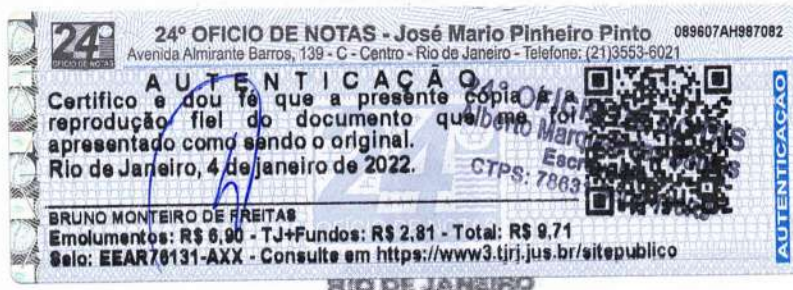
- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

15.1. As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva,





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

15.2. Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

*[Handwritten signatures and initials]*



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

15.3. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

15.4. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no artigo 15.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

15.5. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea b do caput e nas alíneas a e b, do artigo 15.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do artigo 15.2, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação da Autoridade Superior da entidade a qual o órgão se encontra vinculado.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do artigo 15.2., é de competência exclusiva da Autoridade Superior da entidade a qual o órgão se encontra vinculado.

15.6. Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos artigos 10.5 e 10.6 da CLÁUSULA DÉCIMA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

15.7. As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b, do 15.2.:

*[Handwritten signatures and initials]*





**RIO DE JANEIRO**  
Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**15.8.** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c do artigo 15.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos artigos 15.5., 15.6. e 15.8.

**15.9.** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo

*[Handwritten signatures and initials]*



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

15.10. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.11. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

15.12. Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.13. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.14. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a

X SRS /





Handwritten signature: *[Signature]*



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

15.20. As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

15.21. Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do artigo 15.2., de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

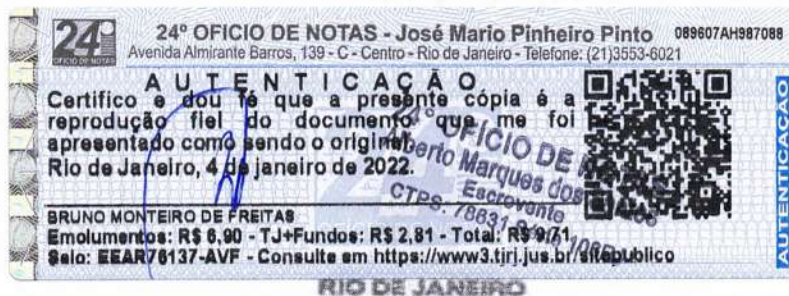
15.22. A aplicação das sanções mencionadas no artigo 15.20. deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

16.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

*[Handwritten signature]*





Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

16.2. Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

17.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

17.2. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

17.3. Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;



Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

17.4. Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

18.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

18.2. É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

19.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.







Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

## CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

20.1. O DER-RJ se obriga a providenciar, a expedição do extrato deste instrumento para a publicação no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil seguinte da assinatura para ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias** daquela data, ficando condicionada a eficácia do Contrato à respectiva publicação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

## CLAÚSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS.

21.1. O Presidente do DER-RJ, delega ao Diretor da Diretoria de Administração – DAD, Dr. **ELIAS MORAIS JUNIOR** da Fundação DER-RJ responsabilidade pela gestão do presente Contrato.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO

21.1. As partes se obrigam por si e por seus sucessores, a qualquer título, ainda que por transformação, incorporação, fusão e cisão, o cumprimento das cláusulas contratuais, ficando o eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em uma de suas Varas de Fazenda Pública, para solução de quaisquer pendências ou controvérsias advindas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH987090  
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.  
Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 2022.

Escritório de  
CTPS: 78831-5671-108RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS  
Emolumentos: R\$ 8,90 - TJ+Fundos: R\$ 2,81 - Total: R\$ 9,71  
Selo: EEAR78139-ALJ - Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sitapublico>

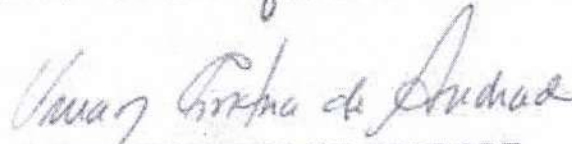
AUTENTICAÇÃO

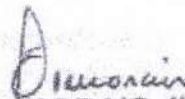


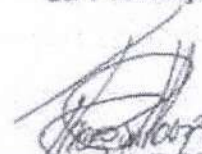
Vice Governadoria do Estado  
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

Tendo a **CONTRATADA** e seu representante legal apresentado os documentos comprobatórios das condições jurídico-pessoais indispensáveis à assinatura deste Contrato, as partes estando certas e acordadas, **assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.**

Rio de Janeiro, 5 de junho de 2020.

  
Engº. URYAN CINTRA DE ANDRADE  
Presidente da Fundação DER-RJ

  
Drº ELIAS MORAIS JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração – DAD  
da Fundação DER-RJ

  
Srº THIAGO PONTES DE SOUZA  
Sócio da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: Aline de Andrade  
CPF: 036.622.44

Sérgio P. de Moraes  
CPF: 096.766.867-93

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH987091  
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.  
Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 2022.  
Escritório  
CTPS: 78631 Série 100RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS  
Emolumentos: R\$ 8,90 - TJ+Fundos: R\$ 2,81 - Total: R\$ 9,71  
Selo: EEAR76140-APE - Consulta em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

**AUTENTICAÇÃO**